MUNICIPIO DE REDONDO

CÂMARA MUNICIPAL

ATA N.º 10/2016

DATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA: 25/05/2016

INÍCIO DA REUNIÃO: 15,00 horas

TERMINUS DA REUNIÃO: 16,30 horas

MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE REDONDO QUE COMPARECERAM À REUNIÃO:

PRESIDENTE: Sr. António José Rega Matos Recto

VEREADORES: Sr. José Manuel Mendes Portel

Sr. Luis Fernando Gomes Faleiro

Sr. David Manuel Palma Grave

OUTRAS PESSOAS

Responsável pela elaboração da ata:

Nome: José Bernardo Laranjinho Nunes

Cargo: Chefe de Divisão Administrativa e Financeira

FALTAS

Faltas justificadas: Sr. Armindo Manuel Beira Ramalhosa

Faltas por justificar:

Operações Orçamentais: **2.560.369,29 €**

Operações Não Orçamentais: **109.691,20 €**

ABERTURA

Aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e dezasseis, nesta Vila de Redondo, no edifício dos Paços do Concelho e sala de sessões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Redondo, sob a Presidência do Senhor António José Rega Matos Recto (MICRE), na qualidade de Presidente, estando presentes os Senhores Vereadores José Manuel Mendes Portel (MICRE), Luis Fernando Gomes Faleiro (PS) e David Manuel Palma Grave (CDU), faltou o Senhor Vereador Armindo Manuel Beira Ramalhosa (MICRE).

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver "quórum" para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Câmara pôs à apreciação a ata da reunião realizada a 11/05/2016. A ata supra referida foi aprovada por unanimidade e em minuta.

O Senhor Presidente da Câmara disse que, face às informações existentes na imprensa, está prevista a construção de um Hospital Central no Distrito de Évora, é de lamentar que as Câmaras ainda não tenham sido ouvidas, é defensor da construção desse Hospital, não pode é estar de acordo com a localização escolhida, segundo consta será o local onde foi construído o campo de futebol para o estágio da seleção nacional, à saída para as Alcáçovas. Não concorda com esta localização, considera que há outras opções, inclusivamente já com vias de acesso feitas. Considera que a Câmara de Redondo devia tomar uma posição sobre este assunto, uma vez que, a concretizar-se esta situação, os munícipes de Redondo ficam prejudicados, uma vez que para usufruírem deste equipamento têm que atravessar a Cidade de Évora, o que não se justifica porque há outras alternativas. Na sua opinião o Hospital devia localizar-se mais perto da cidade e aproveitar a variante nascente que já está construída. Para além desta razão, considera que

não se pode permitir a construção de um equipamento desta natureza tão próximo do aterro sanitário, não é lógico, porque isto vai obrigar, um dia mais tarde, a que o aterro tenha que ser transferido de local.

O Senhor Vereador Luis Faleiro concorda plenamente com a tomada de posição, especialmente pelo motivo de se localizar junto ao aterro.

O Senhor Vereador David Grave concorda que a Câmara tente procurar esclarecimentos sobre todo o processo, no entanto, não deve tomar nenhuma posição que, de alguma forma seja um entrave à construção, uma vez que é praticamente uma realidade o novo Hospital de Évora.

O Senhor Vereador Luis Faleiro apresentou as seguintes questões e considerações: tal como referiu numa outra reunião, houve encarregados de educação que se queixaram de não terem recebido os recibos das despesas com as refeições, pergunta o porquê de não terem acesso a essa despesa com os seus educandos.
Pergunta se já houve esclarecimento sobre a questão do bebedouro do parque infantil de Montoito.
Disse que, estando a decorrer a iniciativa Saberes e Sabores, tomou conhecimento que houve convites para as Associações e outras entidades, no entanto não houve convites para os Vereadores, pergunta o porquê, qual a razão por que não é seguido o mesmo protocolo para todas as iniciativas.
Tomou conhecimento que há pedreiros, funcionários da Câmara, há já algum tempo a trabalhar na obra do CAME, sendo uma empreitada, pergunta o porquê de serem trabalhadores da Câmara a efetuarem serviços.
Constatou que na Tapada do Barrancos, junto ao Campo de Futebol, foi feita uma vedação e muros, pergunta o porquê.
Disse que no mês de abril houve um concurso para aquisição de flores, plantas, sementes, etc, pergunta quais as empresas consultadas, quem ganhou o concurso e qual o valor.

Verificou que, na escada da Rua Manuel da Fonseca já foi, finalmente, colocado o corrimão que vem sendo falado há bastante tempo, no entanto, continua o problema do estacionamento junto à escada e não deixa espaço para as pessoas passarem, faz falta a passadeira. Nesta mesma rua, na sua opinião devia ser proibido o estacionamento de um dos lados da rua, uma vez que há sempre carros estacionados nos dois lados da rua e fica pouco espaço para a circulação, especialmente de veículos pesados e mais largos.

Disse que no parque em Santa Susana as ervas são muitas e muito altas, há necessidades de uma intervenção urgente.

Por último, a questão dos protocolos que não existem e quando existem não são cumpridos. A questão do campo de tiro de Aldeias de Montoito, foi inaugurado em 1995, com apoio da Autarquia, com cedência do espaço por parte da Junta de Freguesia de Montoito, o Clube de Caça Monte do Pombal conseguiu algumas verbas para fazer intervenções, no entanto, neste momento, atualmente está completamente ao abandono, ervas enormes por todo o lado, tudo vandalizado porque o espaço e localização é propicio a isso, e há que chamar à responsabilidade quem tem a responsabilidade, porque a Câmara fez ali investimento e estas coisas não podem ser tratadas assim, tem que haver disciplina, é uma situação que requer alguma urgência na resolução, porque não pode continuar assim.

O Senhor Vereador David Grave apresentou as seguintes questões e considerações: informou que há uma exposição itinerante, Incularte, deixa o folheto para a Câmara ver se há interesse em trazer a exposição ao Redondo, disse que é organizada por várias associações, sendo inclusivamente um dos artistas de Redondo.

Disse que tomou conhecimento através da imprensa que o Centro Oleiro de São Pedro do Corval vai estar representado na festa Ibérica da Olaria e do Barro, é uma parceria entre a Câmara de Reguengos e um Ayuntamento de Salvaterra dos Barros, de Espanha, o que é certo é que há mais Concelhos com tradição de barro que irão estar presentes no certame, o que acha estranho é o Redondo, com toda a tradição que tem, não estar envolvido. Pergunta se não houve convite, por parte da Câmara de Reguengos, para participação.

Pergunta se o estudo adjudicado à EPAL, por causa das perdas de água, se já foi iniciado e como vai ser desenvolvido, se poderá ajudar a resolver o problema das perdas que a Câmara tem.

Reforça o pedido que já fez, de obter informação sobre o número de trabalhadores a recibo verde, com o tempo de contrato a termo que tiveram antes de estarem a recibos verdes, de modo a saber o tempo que esses trabalhadores têm ao serviço do município.

O Senhor Presidente registou as considerações e sugestões, respondendo às questões colocadas pelo Senhor Vereador Luis Faleiro, disse que a questão dos recibos das refeições, trata-se de uma questão técnica, será explicada no final pelo Chefe de Divisão.

A questão da torneira do Parque Infantil de Montoito será explicada pelo Vereador José Portel, que foi quem deu a ordem para ser reparada de imediato.

Em relação aos convites às Associações, para a iniciativa dos Saberes e Sabores, não tem conhecimento que tenha havido convites, vai verificar.

A questão dos pedreiros no CAME, tem a ver com a questão do caderno de encargos, que contemplava apenas a lavagem e pintura de paredes, o que aconteceu, foi que, quando o empreiteiro lavou as paredes caiu o reboco e como essa parte não estava incluída na empreitada, têm sido os pedreiros da Câmara a picar e rebocar as paredes.

Em relação à Tapada do Barrancos, os muros e vedação que está a ser feita, tem a ver com um acordo feito com os proprietários, na altura em que foi construída a Circular, a Câmara não pagou nem expropriou os terrenos para a circular, os proprietários cederam os terrenos, tendo ficado acordada a conservação das paredes e algumas vedações do espaço.

O concurso de plantas terá que ser consultado, não sabe de momento.

Relativamente ao estacionamento na Rua Manuel da Fonseca, não há necessidade de colocar o sinal de estacionamento proibido, uma vez que o código da estrada apenas permite o estacionamento desde que consigam circular duas viaturas, uma vez que há trânsito nos dois sentidos, porque ao estacionarem, os condutores estão sujeitos a multa,

tal como aconteceu em Montoito. A questão da passadeira concorda, o Vereador José Portel vai verificar a situação.

A questão da limpeza no parque de Santa Susana vai ser vista.

Quanto ao campo de tiro das Aldeias e Montoito, a Câmara apenas cedeu o projeto, a Junta cedeu o terreno. Poderá haver uma chamada de atenção para o estado de abandono.

Respondendo ao Vereador David, relativamente à festa ibérica, pode informar que a Câmara de Redondo não foi convidada. Já teve a oportunidade de conhecer a Vila Nueva e demonstrou a disponibilidade para participar neste tipo de iniciativa, mas não houve convite. Disse ainda que, a primeira vez que houve Museu aberto em Reguengos, as olarias presentes eram as de Redondo, porque São Pedro do Corval não participou, acrescentou ainda que até hoje não foi entregue à Câmara de Redondo o valor da venda da loiça de barro.

Relativamente ao estudo da EPAL, já há várias Câmaras que têm esse estudo feito, sobre as perdas de água, e onde já se realizou e foram dadas instruções pela EPAL, foi conseguida uma redução nas perdas de mais de 50%, nomeadamente na Aldeia da Luz, onde a canalização é nova, mas apesar disso, verificava-se uma perda na ordem dos 75% e conseguiram reduzir para metade. O estudo já esta iniciado, os contadores estão praticamente todos colocados, o objetivo é reduzir até chegar aos 15%, é esta a garantia que a EPAL nos dá. Este foi um concurso através da CIMAC, para as Câmaras que quiseram participar.

A listagem dos trabalhadores a recibos verdes será entregue.

O Senhor Vereador José Portel, em relação à torneira do bebedouro no Parque Infantil de Montoito, foi dada a indicação para ser reparada logo na sexta-feira a seguir à reunião da Assembleia, mas houve um esquecimento e só foi reparada na segunda-feira.

O Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, relativamente à questão dos recibos referentes à despesa com a alimentação, disse que os encarregados de educação foram informados que deviam levar o número de contribuinte dos alunos para poderem ser

emitidos os respetivos recibos, a pessoas que não levavam o número de contribuinte, a despesa era gerada no número geral de consumidor final, e assim não pode ser utilizada como despesa. Os encarregados de Educação só deram importância quando chegou a hora de apresentar os documentos de despesas e não tinham apresentado o número de contribuinte.

Ordem de Trabalhos

1 – Decisões do Presidente

2 – Expediente

3 – Aquisição de Serviços para Financiamento de um Autocarro de 55 lugares, em Sistema de Leasing

4 – Renovação de Avenças

5 – Subsídios

Decisões do Presidente

Presente a lista de pagamento efetuados.

A Câmara tomou conhecimento.

Presente a informação do Serviço de Administração Urbanística, dando conta dos despachos dados pelo Senhor Presidente e Senhor Vice-Presidente entre os dias 07/05/2016 e 23/05/2016, referente aos processos de urbanismo.

A Câmara tomou conhecimento dos despachos dados.

Expediente

TOMADA DE POSIÇÃO

Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros

A Lei 52/2015 de 09 de junho, veio estabelecer um novo regime jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros, integrando as diretrizes europeias estabelecidas no

Regulamento (CE) n.º1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007.

A avaliação negativa face a esta de lei tem presente as consequências que esta, terá no funcionamento do sistema de transportes que tem um papel estruturante e estratégico na vida económica e social do País, pois, através dela, é garantida a mobilidade dos trabalhadores e populações, para além do peso e repercussões que têm os investimentos neste setor no geral da economia.

1. Com esta lei, o Governo afirma reconhecer o papel que as autarquias locais de há muito reclamam no planeamento e organização dos transportes públicos, mas, de fato o que ela promove é a completa desresponsabilização da Administração Central nesta estruturante matéria para a vida das populações.
2. Em termos financeiros, o governo aponta às autarquias, como caminho para financiar o sistema, não a transferência das verbas gastas com o seu funcionamento, mas mais e inaceitáveis aumentos de preços ou novas taxas a recaírem sobre as populações.
3. A aplicação deste regime não significa integrar a opinião e contributo dos municípios no planeamento e organização do sistema, mas sim a responsabilização das autarquias pelo serviço público e seu financiamento, a desresponsabilização do Estado/central e a proliferação de centenas de autoridades de transportes.
4. À exigência das populações e municípios de um modelo articulado de serviço público de transportes para o país, o Governo respondeu com a desarticulação do sistema e a indefinição de níveis e âmbitos de responsabilidades hierarquizados, colocando em causa a gestão eficiente das redes e interfaces.
5. No âmbito das empresas públicas que têm um papel estruturante no funcionamento do sistema dentro das suas áreas de intervenção, o Governo, ao mesmo tempo que diz que passa para os municípios responsabilidades, insiste na sua entrega aos grupos privados. Ou seja; aprofunda as consequências da opção

privatizadora, aumento de preços e tarifas, redução da oferta, degradação da qualidade do serviço e a perda de passageiros.

6. Esta é uma medida que leva a uma ainda maior perda de utentes e agravamento dos problemas existentes.

Considerando que:

I. O anunciado reconhecimento do papel dos municípios no planeamento e organização do sistema dentro da área geográfica da sua competência há muito reclamado é um direito e seria do interesse das populações, mas que os mesmos recusam que seja feito à custa da desresponsabilização da Administração Central e da ausência de financiamento proveniente do OE, da completa desarticulação do sistema, do aumento de preços e tarifas da redução da oferta e da cobertura geográfica, agravando ainda mais as já péssimas condições de mobilidade das populações.

II. Uma medida com o conteúdo e alcance desta que o Governo propõe, levantando as maiores preocupações pelas profundas e negativas implicações em todas as esferas da vida das Regiões, não pode ser tomada sem a devida ponderação e participação dos municípios na sua elaboração.

A Câmara Municipal de Redondo delibera:

Discordar da Lei 52/2015 de 09 de junho "Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros", na medida em que tal lei, para além de não responder aos problemas existentes, viria a fazer rebater sobre os utentes e populações a desresponsabilização do Estado com o financiamento do sistema, com novas taxas e aumentos de preços e tarifas;

Não assumir a competências previstas naquela lei até que:

- Esteja publicada a regulamentação prevista;

- Sejam asseguradas as condições de financiamento do sistema adequadas às necessidades de serviço público e à realidade demográfica e socioeconómica do território do Alentejo central.

A Câmara deliberou por unanimidade e em minuta a tomada de posição apresentada.

TOMADA DE POSIÇÃO

A Constituição da República impõe a obrigação de o Estado Português promover uma rede de estabelecimentos públicos que satisfaça as necessidades de toda a população. Dificuldades em garantir essa resposta levaram o Estado a assinar contratos de associação com o setor privado em áreas onde a oferta pública era inexistente ou insuficiente.

Com o passar dos anos, o número de contratos celebrados revelou-se claramente excessivo face às necessidades do sistema, verificando-se, por ausência de fiscalização, frequentes situações de desrespeito dos termos desses contratos, particularmente no que concerne aos limites das áreas geográficas que lhes foram atribuídas.

Face à declarada intenção do Governo de fiscalizar rigorosamente o cumprimento dos contratos assinados em agosto de 2015 e ao protesto de quem, tendo assinado o contrato, pretende receber apoio financeiro para alunos que residem em áreas onde existem escolas públicas, os abaixo-assinados/peticionários defendem:

1. **Que não haja duplicação do financiamento e que, no respeito pela Constituição, se garanta o financiamento adequado à Escola Pública;**
2. **Que o apoio financeiro a colégios privados, através de contratos de associação, tenha lugar apenas quando a resposta pública é insuficiente, sendo, nesse caso, apoiados os alunos das áreas geográficas previstas nos contratos celebrados;**
3. **Que aos docentes dos estabelecimentos particulares e cooperativos, cujos horários de trabalho são ainda mais sobrecarregados, sejam aplicadas as mesmas normas que se aplicam no ensino público.**

A deliberação tomada rejeita todas as acusações que pretendem menorizar e desqualificar o ensino público e os seus profissionais, reafirmando que só com um maior investimento na Escola Pública se garante o direito de todos a uma educação de qualidade.

A Câmara deliberou por unanimidade e em minuta a tomada de posição apresentada.

Aquisição de Serviços para Financiamento de um Autocarro de 55 lugares, em Sistema de Leasing

Presente uma informação do Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, contendo o seguinte teor:

"Nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro alterado e republicado pelo D.L. n.º 278/2009, de 2 de Outubro e pela Lei n.º 64º-B/2011 de 30 Dezembro, solicita-se autorização para a abertura de um procedimento concursal para "Aquisição de Serviços para Financiamento em Sistema de Leasing".

Neste sentido, e sendo o preço base da aquisição de ***201.000,00€ (duzentos e um mil euros),*** *propõe-se a aplicação do procedimento de* ***Concurso Público,*** *nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. n.º 18/2008, de 29 de Janeiro alterado e republicado pelo D.L. n.º 278/2009, de 2 de Outubro e pela Lei n.º 64º-B/2011 de 30 Dezembro, adiante designado por CCP.*

Tendo em conta o valor previsto para o contrato, propomos que seja dispensada a prestação da caução, conforme o estabelecido no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. n.º 18/2008, de 29 de Janeiro alterado e republicado pelo D.L. n.º 278/2009, de 2 de Outubro e pela Lei n.º 64º-B/2011 de 30 Dezembro.

Propomos também que o contrato seja reduzido a escrito nos termos do artigo 94.º do CCP.

Para a condução do processo de concurso, conforme o estabelecido no artigo 67.º do CCP, propomos que o júri do procedimento seja constituído da seguinte forma:

Efectivos:

José Bernardo Laranjinho Nunes – Chefe de Divisão Administrativa e Financeira

Roberto Carlos Ramires Salvador – Técnico Superior

José Pedro Ribeiro Proença Ribeiro – Técnico Superior

Suplentes:

Paulo Jorge Ramalhosa Frade – Coordenador Técnico da Secção de Aprovisionamento

Maria Arminda Pereira Barradas – Coordenadora Técnica do Atendimento e Gestão Documental

Nos termos do n.º 2 do artigo 69.º do Código dos Contratos Públicos, propõe-se que seja delegada no júri do procedimento a competência para prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, que sejam solicitados pelos interessados no âmbito do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos.

De acordo com o exposto, e no uso das competências que lhe estão conferidas pela alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugada com a competência prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e com o artigo 36º, artigo 38.º e a alínea b) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 40.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, submetemos à consideração superior a abertura do procedimento, bem como a aprovação das respetivas peças do procedimento, nomeadamente, o projeto, programa de concurso e caderno de encargos."

Presente e explicado o processo de Aquisição de Serviços para Financiamento de um Autocarro de 55 lugares, em Sistema de Leasing. Face à documentação apresentada a Câmara deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a abertura de concurso público para os serviços acima propostos, bem como aprovar o respetivo programa de procedimentos e caderno de encargos.

Renovação de Contrato de Avença

Presente uma informação do Senhor Vereador Armindo Ramalhosa, propondo a renovação do contrato de prestação de serviços – avença, com Paulo Alexandre Rita Mataloto, tendente a assegurar os serviços de Transportes Coletivos de Crianças, que de seguida se transcreve:

"Considerando que:

Que, a Câmara Municipal de Redondo, na sua reunião ordinária realizada em 27 de maio de 2015, emitiu parecer favorável à abertura do contrato de prestação de serviços,

na modalidade de avença com Paulo Alexandre Rita Mataloto, tendente a desenvolver os serviços de Transportes Coletivos de Crianças;

Que, após autorização da Assembleia Municipal de Redondo, da assunção deste compromisso plurianual, foi elaborado o contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, com Paulo Alexandre Rita Mataloto, pelo prazo de 12 meses, com possibilidade de renovação por períodos iguais, pelo preço base mensal de € 830,00, (oitocentos e trinta euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se devido;

Que, o trabalho de assegurar o funcionamento das atividades acima descritas é para continuar, é intenção deste Município proceder à renovação do sobredito contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença;

Que, no universo de trabalhadores do Município, não existem técnicos qualificados e sem restrições, que possam exercer os serviços a contratar;

O Orçamento de Estado para o ano de 2016 ainda não se encontra publicado.

Que, nos termos do n.º 5 e do n.º 12.º, do artigo 75.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou a Lei de Orçamento de Estado para o ano de 2015, a celebração de contratos de aquisição de serviços, na modalidade de avença, carece de parecer prévio vinculativo do Executivo Municipal

Que, nos termos do disposto no n.º 12.º, do artigo 75.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, o parecer do Executivo Municipal depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 6 do citado artigo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, ou seja:

a) Verificação do disposto no n.º 2 do artigo 32.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa; (estarmos em presença de trabalho não subordinado);

b) Verificação e confirmação da cabimentação orçamental.

c) Verificação do cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 75.º da Lei de Orçamento de Estado para o ano de 2015, redução remuneratória;

Que a Portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, que regula os termos e tramitação do parecer prévio foi publicada em 26 de maio (Portaria n.º 149/2015);

Que, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º da citada Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, a emissão do parecer prévio depende da verificação de um conjunto de requisitos cumulativos, os quais reproduzem os requisitos previstos nos n.ºs 6 a 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, e que já anteriormente se demonstrou a sua verificação;

Que, a Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, estabelece ainda a necessidade de se encontrar demonstrado, aquando da emissão do parecer pelo órgão executivo, a inexistência de impedimento à celebração do contrato quando a contraparte seja determinável;

Que sendo a contraparte determinável, a mesma procedeu à demonstração da regularização da sua situação fiscal e tributária, conforme se atesta pelas certidões da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira, datadas de 16 de junho de 2015;

Que o contrato é prestado com autonomia não se encontrando sujeito à disciplina ou direção da autarquia, não nos encontrando perante qualquer trabalho subordinado, interessando apenas à autarquia o resultado final do serviço, não havendo conveniência na afetação dos meios de produção do município, pelo que não se mostra adequado o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público;

Que a alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA), dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal;

Que nos termos do n.º 19 do artigo 75.º da Lei n.º 82 – B/2014, de 31 de dezembro, sempre que os contratos de aquisição de serviços estejam sujeitos a autorização para

assunção de encargos plurianuais deve ser junta a autorização obtida na instrução do pedido de parecer;

Que na sessão da Assembleia Municipal de Redondo de 11 de novembro de 2015 foi aprovada autorização genérica para assunção de compromissos plurianuais, cujos encargos não excedam o limite de € 99.759,58.

Que o procedimento que se pretende adotar para formação do contrato é o ajuste direto nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 16.º, na alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º, e nos artigos 112.º a 127.º, todos, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro;

Propõe-se ao executivo Municipal:

a) *Que, nos termos conjugados do disposto no n.º 1 do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, nos artigos 10.º e 32.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e no n.º 5 e 12.º, do artigo 75.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou a Lei de Orçamento de Estado para o ano de 2015, seja emitido parecer favorável à renovação do contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, celebrado com:*

   Paulo Alexandre Rita Mataloto, contribuinte fiscal n.º 214045510, com residência na Horta do Letras, Lote 63, com a duração de 12 meses e pelo valor total de € 9.960,00€ (nove mil novecentos euros), a pagar em 12 prestações mensais de € 830,00€, acrescidas de IVA à taxa legal em vigor, se devido, cujo objetivo é desenvolver os serviços de Transportes Coletivos de Crianças;

   b) Submeter a parecer prévio da Assembleia Municipal de Redondo a assunção do compromisso plurianual, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA);

   c) Adoção dos legais procedimentos e atos administrativos indispensáveis à execução da presente deliberação, atento, designadamente o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, relativamente ao procedimento de ajuste direto para aquisição de serviços até ao limite do valor proposto."

A Câmara deliberou por maioria e em minuta, com a abstenção do Senhor Vereador Luis Faleiro e restantes votos a favor, aprovar a renovação do contrato nos termos propostos.

Subsídios

Presente um requerimento em nome de Ernesto Rafael Barrancos Carraça Salomé Vieira, residente em Redondo, solicitando a atribuição da Tarifa Social.

A Câmara deliberou por unanimidade e em minuta e com base na informação do Gabinete de Ação Social indeferir o pedido.

Presente um requerimento em nome do Redondense Futebol Club, solicitando o apoio financeiro para realização do torneio Triangular de Iniciados Sub-15 a realizar no dia 28/05/2016.

A Câmara deliberou por unanimidade e em minuta conceder um subsídio no valor de 500,00€ para o fim peticionado.

Redução de preço do valor do metro quadrado (m²), dos Lotes da Quinta da Faia

Presente a proposta do Senhor Vereador da CDU, David Grave, propondo que fosse reduzido o valor do metro quadrado (m²), dos Lotes da Quinta da Faia, em 5,00€ (cinco euros), uma vez que a proposta que tinha sido apresentada pela CDU para isenção de IMT, não pode ser aprovada porque a lei não o permite, no entanto, teria havido unanimidade na sua aprovação, assim, a proposta agora apresentada iria ter um impacto semelhante.

O Senhor Presidente da Câmara considera que a redução do preço dos lotes vai beneficiar os novos compradores em relação aos que já compraram, o que seria injusto.

O senhor Vereador Luis Faleiro concorda com a redução do preço dos lotes, considera que é uma medida a favor da população.

O Senhor Vereador José Portel não concorda com a redução do preço dos lotes.

O Senhor Vereador David Grave lamenta que não seja aprovada a redução do preço dos lotes, uma vez que não pode haver isenção do IMT, seria uma boa medida reduzir o preço dos lotes.

A Câmara deliberou por maioria e em minuta reprovar a proposta apresentada, com os votos a favor da proposta dos Vereadores David Grave e Luis Faleiro e os votos contra do Vereador José Portel e do Senhor Presidente, tendo este voto de qualidade.

Intervenção do Público

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra à D. Maria José Correia.

A D. Maria José Correia, interveio para referir, novamente, a questão da utilização dos veículos da Câmara que fazem transporte, pessoal ou particular, de bens e pessoas, verificou, há duas semanas, às 5h da tarde, que o Senhor André Rebocho, transportava a filha. Pergunta se a Câmara tem regulamento sobre a utilização das viaturas da Câmara. Não considera que seja correta a utilização de viaturas da Câmara para uso pessoal.

Perguntou se há desenvolvimento sobre a questão da Vigia, que foi também levantada numa reunião pública, pelos moradores do Aldeamento.

Perguntou se o inventário da Câmara está terminado e se pode ter acesso ao inventário da parte elétrica que é comprada para a altura das festas.

Perguntou se a Câmara fez contratos de comodato com as Associações para cedência dos espaços das antigas escolas primárias, caso não tenha feito, considera que devia haver um protocolo onde constem os direitos e as obrigações.

Por último, sugere que o parque de estacionamento ao lado do edifício da Câmara deixasse de existir, uma vez que há um parque de estacionamento por detrás da Câmara, considera que este amontoado de carros, ao lado do edifício, tira a beleza da Praça.

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao Senhor Isidoro Almeida.

O Senhor Isidoro Almeida interveio para dizer que relativamente ao Orçamento Participativo, na plataforma existente no site da Câmara, há duas propostas que aparecem

com o nome de quem apresentou, as restantes nove propostas não aparece o nome. Na sua opinião devia ser seguido o mesmo critério para todas as propostas, ou tinham todas o nome, ou não tinha nenhuma.

O Senhor Presidente da Câmara, respondendo às questões colocadas pela D. Maria José, disse que não existe regulamento para as viaturas da Câmara. Há mais de 30 anos que está na Câmara e toda a vida a Câmara emprestou máquinas e equipamentos da Câmara, para colmatar algumas dificuldades quer a funcionários, quer a qualquer outro munícipe.
A situação da Vigia, é um problema de insolvência do empreendimento, é um problema do administrador da insolvência, a Câmara foi mandou limpar a fossa duas vezes, não foi pago o serviço, a Câmara não limpa mais.
O inventário é feito todos os anos e está feito como todos os anos.
Em relação à cedência dos espaços públicos às associações, para alguns há protocolos, para outros não há, é analisado caso a caso.
Relativamente ao estacionamento, nem sempre aqui estão estacionadas as viaturas, por norma, no período de verão estaciona-se no parque do Largo da Saúde.
Respondendo ao Senhor Isidoro informou que, quando for afixada a lista das propostas serão todas devidamente identificadas.

ENCERRAMENTO

Não havendo outros assuntos a tratar nesta reunião, o Sr. Presidente declarou encerrada a ordem de trabalhos, eram 16,30 horas.

ENTIDADE	LISTA DE ORDENS DE PAGAMENTO	DATA	ANO	PAGINA
MR		2016/05/23	2016	1

ORDEM DE PAGAMENTO Número	Recibo	T	E	Contrib.	ENTIDADE Nome	DESCRIÇÃO	EMISSÃO Data	Valor	AUTORIZAC Data	PAGAMENTO Data
577		F	P	513204016	Novo Banco, S.a.	0007-00256710003 CHQ-	2016/02/17	14.641,22	2016/02/17	2016/05/11
918		G	P	252508262	António Batista Caixeiro	0035-00000033230 CHQ-TB-1708	2016/04/22	120,00	2016/04/22	2016/05/12
1216		F	P	507846044	EDP SERVIÇO UNIVERSAL,S.A.	0035-00000033230 CHQ-	2016/05/03	136,25	2016/05/03	2016/05/09
1217		F	P	503504564	EDP COMERCIAL - COMERCIALIZAÇAO DE ENERGIA, S.A.	0035-00000033230 CHQ-	2016/05/03	932,75	2016/05/03	2016/05/09
1219		G	P	600084779	AT - AUTORIDADE TRIBUTARIA E ADUANEIRA	0035-00000033230 CHQ-	2016/05/04	713,83	2016/05/12	2016/05/13
1227		F	P	501544984	A.MENDES TORRADO & CARVALHO, LDA	0035-00000033230 CHQ-TB-1902	2016/05/04	291,92	2016/05/04	2016/05/19
1228		F	P	111775493	ANTONIO JOSE RETO RIBEIRO	0035-00000033230 CHQ-TB-1904	2016/05/04	244,53	2016/05/04	2016/05/12
1229		F	P	513606130	AGUAS DE LISBOA E VALE DO TEJO, S.A.	0035-00000033230 CHQ-82369	2016/05/04	44.931,60	2016/05/04	2016/05/19
1230		F	P	503148768	Arsalentejo - Administração Regional de Saude do Alentejo. I. P.	0035-00000033230 CHQ-TB-1909	2016/05/04	38,00	2016/05/04	2016/05/17
1231		F	P	513407863	Alfredo Parreira - Comercio de Máquinas E Ferramentas, Unipessoal, Lda.	0035-00000033230 CHQ-TB-1907	2016/05/04	936,50	2016/05/04	2016/05/17
1232		F	P	219780013	Ana Cristina Rebola de Sousa Sesifredo	0035-00000033230 CHQ-TB-1908	2016/05/04	142,80	2016/05/04	2016/05/13
1233		F	P	503601012	AGNIPAPEL - COMERCIO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO, LDA	0035-00000033230 CHQ-TB-1903	2016/05/04	425,03	2016/05/04	2016/05/19
1234		F	P	502422068	Auto Diana - Reparação de Automoveis, Lda	0035-00000033230 CHQ-TB-1910	2016/05/04	263,65	2016/05/04	2016/05/19
1235		F	P	500806152	BARROSO & FILHOS, LDA	0035-00000033230 CHQ-TB-1911	2016/05/04	215,35	2016/05/04	2016/05/19
1236		F	P	509337910	BENCAPOR - PRODUÇÃO DE INERTES S A	0035-00000033230 CHQ-TB-1912	2016/05/04	1.152,79	2016/05/04	2016/05/18
1237		F	P	500217939	PINTO & FILHOS, LDA	0035-00000033230 CHQ-TB-1922	2016/05/04	183,74	2016/05/04	2016/05/19
1238		F	P	509909809	BIG PICTURE 2 FILMS,LDA	0035-00000033230 CHQ-TB-1913	2016/05/04	204,18	2016/05/04	2016/05/18
1239		F	P	508120250	Alberto Busca & António Martins, Lda	0035-00000033230 CHQ-TB-1906	2016/05/04	120,14	2016/05/04	2016/05/18
1240		F	P	500077568	CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, SA	0035-00000033230 CHQ-TB-1916	2016/05/04	1.806,60	2016/05/04	2016/05/18
1241		F	P	145121496	Comercio de Acessorios Para Caixilharia de Aluminio	0035-00000033230 CHQ-TB-1917	2016/05/04	23,12	2016/05/04	2016/05/18
1242		F	P	118825372	CELESTINO ANTÓNIO VALENTE	0035-00000033230 CHQ-TB-1914	2016/05/04	1.640,82	2016/05/04	2016/05/17
1243		F	P	500704961	COOPERATIVA CONSUMO RAINHA S. P. DO REDONDO, CRL	0035-00000033230 CHQ-TB-1915	2016/05/04	1.219,83	2016/05/04	2016/05/18
1244		F	P	503361917	JUSTO MARIA NABAIS - ARTES GRAFICAS, LDA.	0035-00000033230 CHQ-82371	2016/05/04	769,56	2016/05/04	2016/05/19
1245		F	P	121603385	DOMINGOS ANTONIO RIBEIRO BARRINHA	0035-00000033230 CHQ-TB-1918	2016/05/04	114,34	2016/05/04	2016/05/10
1246		F	P	503234664	ANTONIO R.MARTINS, LDA	0035-00000033230 CHQ-TB-1905	2016/05/04	570,02	2016/05/04	2016/05/19
1247		F	P	194405079	ESTREMODIESEL, CARLOS MANUEL RODRIGUES MACEIRAS	0035-00000033230 CHQ-TB-1920	2016/05/04	1.151,53	2016/05/04	2016/05/19
1248		F	P	500106088	FABRICA DE LICORES P.XAROPES - ERBEL, LDA	0035-00000033230 CHQ-TB-1921	2016/05/04	197,02	2016/05/04	2016/05/17
1249		F	P	509295967	EDUBOX,S.A.	0035-00000033230 CHQ-TB-1919	2016/05/04	370,65	2016/05/04	2016/05/19
1250		F	P	500102678	EVORACOR - SOCIEDADE DISTRIBUIDORA DE TINTAS, LDA.	0035-00000033230 CHQ-TB-1853	2016/05/05	102,04	2016/05/05	2016/05/19
1251		F	P	501890394	EXALEST ALUMINIOS, LDA	0035-00000033230 CHQ-TB-1854	2016/05/05	55,39	2016/05/05	2016/05/19
1252		F	P	200540599	FRANCISCO JOSE COSTA EUGENIO	0035-00000033230 CHQ-82370	2016/05/05	7,00	2016/05/05	2016/05/19
1253		F	P	179372050	Lourenço Vaz da Silva	0035-00000033230 CHQ-TB-1875	2016/05/05	30,75	2016/05/05	2016/05/19
1254		F	P	120739232	FRANCISCO JOSE CIDADE ROSADO	0035-00000033230 CHQ-TB-1857	2016/05/05	184,50	2016/05/05	2016/05/10
1255		F	P	501505377	FAVAUTO-SERRALHARIA E OFIC. VEICULOS MOTORIZADOS, LDA	0035-00000033230 CHQ-TB-1855	2016/05/05	363,61	2016/05/05	2016/05/17
1256		F	P	501679235	FLUIDRA PORTUGAL - IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, COMERCIO E INDUSTRIA, LDA	0035-00000033230 CHQ-TB-1856	2016/05/05	66,91	2016/05/05	2016/05/18
1257		F	P	500697370	PETROLEOS DE PORTUGAL - PETROGAL, S.A	0035-00000033230 CHQ-TB-1886	2016/05/05	277,84	2016/05/05	2016/05/12
1258		F	P	500033684	GASPE,COMBUSTIVEIS,LDA	0035-00000033230 CHQ-TB-1858	2016/05/05	10.620,06	2016/05/05	2016/05/10
1259		F	P	506346773	Gesamb - Gestão Ambiental E de Resíduos, Em	0035-00000033230 CHQ-TB-1859	2016/05/05	10.062,05	2016/05/05	2016/05/10
1260		F	P	507448979	HYDRAPLAN - MANUTENÇÃO E COMERCIO DE VEICULOS, S.A.	0035-00000033230 CHQ-TB-1861	2016/05/05	878,21	2016/05/05	2016/05/19
1261		F	P	502926848	HILTI PORTUGAL - PRODUTOS E SERVIÇOS, LDA.	0035-00000033230 CHQ-TB-1860	2016/05/05	252,03	2016/05/05	2016/05/19
1262		F	P	502120070	Konica Minolta Business Solutions Portugal,unipessoal,lda	0035-00000033230 CHQ-TB-1869	2016/05/05	1.562,74	2016/05/05	2016/05/17
1263		F	P	507072065	INTERPREV - SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO, LDA	0035-00000033230 CHQ-TB-1862	2016/05/05	1.208,76	2016/05/05	2016/05/13
1264		F	P	506863484	J.C.CAMOES, LDA	0035-00000033230 CHQ-TB-1863	2016/05/05	15,13	2016/05/05	2016/05/16
1265		F	P	503522040	J.DIAS FERREIRA,LDA	0035-00000033230 CHQ-TB-1865	2016/05/05	198,49	2016/05/05	2016/05/16
1266		F	P	505802953	J.C.SALVADOR -INSTALAÇÕES ESPECIAIS, LDA	0035-00000033230 CHQ-TB-1864	2016/05/05	2.968,84	2016/05/05	2016/05/17
1267		F	P	505233983	JOÃO M. ALVES ROSA - SOC. UNIP., LDA	0035-00000033230 CHQ-TB-1867	2016/05/05	46,73	2016/05/05	2016/05/16
1268		F	P	202921026	JACINTO ANTONIO ESTROMPA ROQUE	0035-00000033230 CHQ-TB-1866	2016/05/05	299,99	2016/05/05	2016/05/12
1269		F	P	510225969	JANELA MIMADA - CARPINTARIA E MARCENARIA, LDA	0035-00000033230 CHQ-TB-1924	2016/05/05	29,52	2016/05/05	2016/05/12
1270		F	P	502197714	CONSTRUÇÕES J.J.R. & FILHOS, S.A	0035-00000033230 CHQ-TB-1852	2016/05/05	4.167,24	2016/05/05	2016/05/19
1271		F	P	502167610	LEASEPLAN PORTUGAL - COMÉRCIO E ALUGUER DE AUTOMÓVEIS E EQUIPAMENTOS UNIPESSOAL,	0035-00000033230 CHQ-TB-1871	2016/05/05	1.852,42	2016/05/05	2016/05/13
1272		F	P	507400755	LUIS MIGUEL DIOGO-SOC. UNIP.,LDª, MATERIAIS DE CONST. CIVIL MAQ. E FERRAMENTAS	0035-00000033230 CHQ-TB-1874	2016/05/05	3.642,55	2016/05/05	2016/05/17
1273		F	P	506353255	LUFIPAPEL, LDA	0035-00000033230 CHQ-TB-1872	2016/05/05	270,81	2016/05/05	2016/05/18
1274		F	P	147079454	MARIA MARGARIDA SALVADOR PONTES GRIFO	0035-00000033230 CHQ-TB-1878	2016/05/05	62,96	2016/05/05	2016/05/10
1275		F	P	500961247	MUNDITUBO - ANDAIMES MAQ. E EQUIPAMENTO, LIMITADA	0035-00000033230 CHQ-TB-1881	2016/05/05	14,88	2016/05/05	2016/05/16
1276		F	P	500248222	MAXICAR - COMERCIO DE VEICULOS E PECAS, S.A.	0035-00000033230 CHQ-TB-1879	2016/05/05	34,05	2016/05/05	2016/05/16
						A TRANSPORTAR ...		112.833,27		

ENTIDADE	LISTA DE ORDENS DE PAGAMENTO	DATA	ANO	PAGINA
MR		2016/05/23	2016	2

ORDEM DE PAGAMENTO Número	Recibo	T	E	ENTIDADE Contrib.	Nome	DESCRIÇÃO	EMISSÃO Data	Valor	AUTORIZAC Data	PAGAMENTO Data
						TRANSPORTE ...		112.833,27		
1277		F	P	117175927	MANUEL FRANCISCO BICHO	0035-00000033230 CHQ-TB-1876	2016/05/05	83,64	2016/05/05	2016/05/12
1278		F	P	500199523	MULTIAUTO, LDA	0035-00000033230 CHQ-TB-1880	2016/05/05	329,21	2016/05/05	2016/05/19
1279		F	P	501366075	MANUEL GOMES NUNES & FILHOS , LDA	0035-00000033230 CHQ-TB-1877	2016/05/05	1.870,58	2016/05/05	2016/05/13
1280		F	P	500815712	Marvisa-marmores Alentejanos Lda	0035-00000033230 CHQ-82373	2016/05/05	180,21	2016/05/05	2016/05/19
1281		F	P	500384436	MENDES & IRMAOS, LDA.	0035-00000033230 CHQ-82372	2016/05/05	647,60	2016/05/05	2016/05/19
1282		F	P	500162794	LAGRIL - SOCIEDADE AGRICOLA E INDUSTRIAL, S.A.	0035-00000033230 CHQ-TB-1870	2016/05/05	48,07	2016/05/05	2016/05/16
1283		F	P	503584304	Nos Lusomundo Audiovisuais, Sa	0035-00000033230 CHQ-TB-1884	2016/05/05	875,76	2016/05/05	2016/05/12
1284		F	P	502631309	NADIA SINALIZAÇÃO, LDA	0035-00000033230 CHQ-TB-1882	2016/05/05	102,09	2016/05/05	2016/05/16
1285		F	P	504515721	PRESSCENTER DE REDONDO - JORNAIS E REVISTAS, LDª.	0035-00000033230 CHQ-TB-1889	2016/05/05	14,70	2016/05/05	2016/05/13
1286		F	P	502168471	PRIS - AUDIOVISUAIS, S.A.S.A.	0035-00000033230 CHQ-TB-1890	2016/05/05	450,18	2016/05/05	2016/05/17
1287		F	P	509759815	PUBLICREATIVE - ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL	0035-00000033230 CHQ-TB-1891	2016/05/05	615,00	2016/05/05	2016/05/17
1288		F	P	506126790	POCALENTEJO, APOIO CONTABILISTICO FISCAL, INFORMATICO E FORMAÇÃO, LDA	0035-00000033230 CHQ-TB-1888	2016/05/05	1.230,00	2016/05/05	2016/05/18
1289		F	P	214604179	João Miguel Junceira Calça Pita	0035-00000033230 CHQ-TB-1868	2016/05/05	169,13	2016/05/05	2016/05/12
1290		F	P	510302742	PETROREDONDO COMBUSTIVEIS UNIPESSOAL, LDA	0035-00000033230 CHQ-TB-1887	2016/05/05	321,75	2016/05/05	2016/05/13
1291		F	P	504002961	PAPELPACK - EQUIPAMENTOS E PRODUTOS DE HIGIENE, LDA	0035-00000033230 CHQ-TB-1885	2016/05/05	118,68	2016/05/05	2016/05/13
1292		F	P	502522380	RODOVIÁRIA DO ALENTEJO S.A.	0035-00000033230 CHQ-TB-1892	2016/05/05	225,00	2016/05/05	2016/05/11
1293		F	P	224120417	RUI ROSA - INSTALAÇAO E REPARAÇAO DE EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇAO	0035-00000033230 CHQ-TB-1893	2016/05/05	477,36	2016/05/05	2016/05/17
1294		F	P	505778530	Rosário, Graça & Associados, Sroc, Lda.	0035-00000033230 CHQ-TB-1894	2016/05/05	1.537,50	2016/05/05	2016/05/17
1295		F	P	502804858	Saneabi - Saneamentos e Águas da Beira Interior,s.a.	0035-00000033230 CHQ-TB-1898	2016/05/05	1.365,30	2016/05/05	2016/05/12
1296		F	P	513247270	Nara Falardo Unipessoal, Lda	0035-00000033230 CHQ-TB-1883	2016/05/05	452,03	2016/05/05	2016/05/19
1297		F	P	510951813	SF PUBLICIDADE	0035-00000033230 CHQ-TB-1895	2016/05/05	823,61	2016/05/05	2016/05/19
1298		F	P	501744304	Siq-sociedade de Industrias Quimicas, Lda	0035-00000033230 CHQ-TB-1899	2016/05/05	123,62	2016/05/05	2016/05/18
1299		F	P	503789372	STAPLES PORTUGAL - EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO, S.A.	0035-00000033230 CHQ-TB-1897	2016/05/05	87,89	2016/05/05	2016/05/16
1300		F	P	501515976	SOCIEDADE COM MAT CONST REDONDENSE, LDA	0035-00000033230 CHQ-TB-1896	2016/05/05	293,11	2016/05/05	2016/05/16
1301		F	P	503136549	TUDÉVORA - COMÉRCIO EQUIPAMENTOS, LDA	0035-00000033230 CHQ-TB-1900	2016/05/05	797,61	2016/05/05	2016/05/19
1302		F	P	510141145	LUIS & NELSON, LDA.	0035-00000033230 CHQ-TB-1873	2016/05/05	645,75	2016/05/05	2016/05/12
1303		F	P	501470581	Vmf - Petróleos, Lda	0035-00000033230 CHQ-TB-1901	2016/05/05	131,85	2016/05/05	2016/05/17
1304		F	P	506034585	Associação Musical do Algarve	0035-00000033230 CHQ-TB-1923	2016/05/05	2.250,00	2016/05/05	2016/05/18
1305		F	P	124687504	SANSAO JESUS CAROLA FAROFIAS	0035-00000033230 CHQ-TB-1930	2016/05/05	75,82	2016/05/05	2016/05/12
1306		F	P	513523944	PROSEGUR ALARMES DISSUASÃO PORTUGAL UNIPESSOAL, LDA	0035-00000033230 CHQ-	2016/05/06	125,42	2016/05/06	2016/05/17
1307		F	P	513523944	PROSEGUR ALARMES DISSUASÃO PORTUGAL UNIPESSOAL, LDA	0035-00000033230 CHQ-	2016/05/06	97,67	2016/05/06	2016/05/17
1308		F	P	513523944	PROSEGUR ALARMES DISSUASÃO PORTUGAL UNIPESSOAL, LDA	0035-00000033230 CHQ-	2016/05/06	114,02	2016/05/06	2016/05/17
1309		F	P	513523944	PROSEGUR ALARMES DISSUASÃO PORTUGAL UNIPESSOAL, LDA	0035-00000033230 CHQ-	2016/05/06	97,67	2016/05/06	2016/05/17
1310		F	P	513523944	PROSEGUR ALARMES DISSUASÃO PORTUGAL UNIPESSOAL, LDA	0035-00000033230 CHQ-	2016/05/06	97,67	2016/05/06	2016/05/17
1311		F	P	501808817	RADIO CAMPANÁRIO-VOZ DE VILA VIÇOSA, CRL.	0035-00000033230 CHQ-TB-1947	2016/05/06	205,00	2016/05/06	2016/05/17
1312		F	P	501222189	LUZEIRO - GABINETE TECNICO DE ILUMINAÇÃO PARA ESPECTÁCULOS, LDA.	0035-00000033230 CHQ-TB-1944	2016/05/06	305,04	2016/05/06	2016/05/18
1313		F	P	505233983	JOÃO M. ALVES ROSA - SOC. UNIP., LDA	0035-00000033230 CHQ-TB-1943	2016/05/06	203,32	2016/05/06	2016/05/19
1314		F	P	115602186	MARIA EUGENIA LEAL ALMEIDA BARRADAS	0035-00000033230 CHQ-TB-1945	2016/05/06	120,00	2016/05/06	2016/05/12
1315		F	P	221024646	MIGUEL JOAO JEREMIAS DA SILVA	0035-00000033230 CHQ-TB-1946	2016/05/06	3.348,68	2016/05/06	2016/05/12
1316		F	P	500806152	BARROSO & FILHOS, LDA	0035-00000033230 CHQ-TB-1940	2016/05/06	355,48	2016/05/06	2016/05/18
1317		F	P	507072065	INTERPREV - SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO, LDA	0035-00000033230 CHQ-TB-1942	2016/05/06	598,06	2016/05/06	2016/05/17
1318		F	P	121603385	DOMINGOS ANTONIO RIBEIRO BARRINHA	0035-00000033230 CHQ-TB-1941	2016/05/06	2.922,47	2016/05/06	2016/05/11
1319		F	P	500077568	CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, SA	0035-00000033230 CHQ-	2016/05/09	1.002,65	2016/05/09	2016/05/13
1320		G	P	500960046	CAIXA GERAL DE DEPOSITOS	0035-00000033230 CHQ-	2016/05/09	71,97	2016/05/09	2016/05/20
1321		F	P	513332170	LMOBILE - ACESSORIOS PARA TELEMOVEIS	0035-00000033230 CHQ-	2016/05/09	19,99	2016/05/09	2016/05/11
1322		G	P	504394029	EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, S.A.	0035-00000033230 CHQ-	2016/05/09	1.474,03	2016/05/09	2016/05/11
1323		F	P	503504564	EDP COMERCIAL - COMERCIALIZAÇAO DE ENERGIA, S.A.	0035-00000033230 CHQ-	2016/05/09	33,03	2016/05/09	2016/05/16
1324		G	P	500960046	CAIXA GERAL DE DEPOSITOS	0035-00000033230 CHQ-	2016/05/09	78,73	2016/05/09	2016/05/20
1327		G	P	501525882	BANCO COMERCIAL PORTUGUES S.A.	0033-45359603176 CHQ-	2016/05/10	15,71	2016/05/10	2016/05/12
1328		G	P	508574889	CAIXA DE CREDITO AGRICOLA MUTUO DO ALENTEJO CENTRAL, C.R.L.	0045-40041589432 CHQ-	2016/05/10	20,00	2016/05/10	2016/05/16
1329		G	P	508574889	CAIXA DE CREDITO AGRICOLA MUTUO DO ALENTEJO CENTRAL, C.R.L.	0045-40041589432 CHQ-	2016/05/10	20,00	2016/05/10	2016/05/16
						A TRANSPORTAR ...		140.502,93		

ENTIDADE	LISTA DE ORDENS DE PAGAMENTO	DATA	ANO	PAGINA
MR		2016/05/23	2016	3

ORDEM DE PAGAMENTO Número	Recibo	T	E	Contrib.	ENTIDADE Nome	DESCRIÇÃO	EMISSÃO Data	Valor	AUTORIZAC Data	PAGAMENTO Data
						TRANSPORTE ...		140.502,93		
1330		G	P	508574889	CAIXA DE CREDITO AGRICOLA MUTUO DO ALENTEJO CENTRAL, C.R.L.	0045-40041592211 CHQ-	2016/05/10	20,00	2016/05/10	2016/05/16
1331		G	P	508574889	CAIXA DE CREDITO AGRICOLA MUTUO DO ALENTEJO CENTRAL, C.R.L.	0045-40041592211 CHQ-	2016/05/10	20,00	2016/05/10	2016/05/16
1332		G	P	500918880	FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	0035-00000033230 CHQ-TB-2008	2016/05/11	124,70	2016/05/11	2016/05/12
1333		F	P	507846044	EDP SERVIÇO UNIVERSAL,S.A.	0035-00000033230 CHQ-	2016/05/12	9.766,97	2016/05/12	2016/05/18
1334		F	P	507846044	EDP SERVIÇO UNIVERSAL,S.A.	0035-00000033230 CHQ-	2016/05/12	69,87	2016/05/12	2016/05/18
1335		F	P	500918880	FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	0035-00000033230 CHQ-	2016/05/12	161,70	2016/05/12	2016/05/18
1336		F	P	500918880	FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	0035-00000033230 CHQ-	2016/05/12	25,77	2016/05/12	2016/05/18
1337		F	P	500918880	FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	0035-00000033230 CHQ-	2016/05/12	684,90	2016/05/12	2016/05/18
1338		F	P	500918880	FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	0035-00000033230 CHQ-	2016/05/12	330,32	2016/05/12	2016/05/18
1339		F	P	500918880	FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	0035-00000033230 CHQ-	2016/05/12	134,18	2016/05/12	2016/05/18
1340		G	P	600080200	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE REDONDO	0035-00000033230 CHQ-TB-2036	2016/05/13	100,00	2016/05/13	2016/05/17
1341		G	P	505011956	FENIX - ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS DE REDONDO	0035-00000033230 CHQ-TB-2037	2016/05/13	2.500,00	2016/05/13	2016/05/17
1342		G	P	504550560	ASSOCIAÇÃO DE ARTES MACIAIS YANG PORTUGAL	0035-00000033230 CHQ-82375	2016/05/13	830,00	2016/05/13	2016/05/13
1343		G	P	505302365	ASSOCIAÇÃO CULTURAL TEATRO DO IMAGINÁRIO	0035-00000033230 CHQ-82374	2016/05/13	1.000,00	2016/05/13	2016/05/13
1344		G	P	509607900	TODAS AS ARTES, LDA	0035-00000033230 CHQ-82376	2016/05/13	1.722,00	2016/05/13	2016/05/13
1345		G	P	501515178	REDONDENSE FUTEBOL CLUBE	0035-00000033230 CHQ-TB-2048	2016/05/13	4.000,00	2016/05/13	2016/05/16
1347		G	P	600035972	DGAL - DIRECÇÃO GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	0035-00000033230 CHQ-	2016/05/16	363,00	2016/05/16	2016/05/18
1348		G	P	508188423	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAUDE, I.P.	0035-00000033230 CHQ-	2016/05/16	4.894,91	2016/05/16	2016/05/18
1349		F	P	507846044	EDP SERVIÇO UNIVERSAL,S.A.	0035-00000033230 CHQ-	2016/05/17	1.503,99	2016/05/17	2016/05/20
1350		F	P	502604751	Nos Comunicações, S.a.	0035-00000033230 CHQ-	2016/05/17	26,49	2016/05/17	2016/05/20
1351		F	P	503504564	EDP COMERCIAL - COMERCIALIZAÇAO DE ENERGIA, S.A.	0035-00000033230 CHQ-	2016/05/17	2.463,31	2016/05/17	2016/05/20
1353		F	P	504615947	Meo - Servicos de Comunicacoes E Multimedia, S.a.	0035-00000033230 CHQ-	2016/05/17	833,66	2016/05/17	2016/05/20
1354		G	P	504394029	EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, S.A.	0035-00000033230 CHQ-	2016/05/17	17.306,68	2016/05/17	2016/05/19
1355		F	P	500918880	FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	0035-00000033230 CHQ-	2016/05/18	182,38	2016/05/18	2016/05/20
1356		F	P	214604179	João Miguel Junceira Calça Pita	0035-00000033230 CHQ-TB-2097	2016/05/18	738,00	2016/05/18	2016/05/20
1357		F	P	132553082	CIDALIA RAMALHOSA C. PITA DA FAZENDA	0035-00000033230 CHQ-TB-2095	2016/05/18	556,50	2016/05/18	2016/05/20
1359		G	P	121602710	JOSE DOMINGOS FELIX JEREMIAS	0035-00000033230 CHQ-TB-2096	2016/05/18	1.495,92	2016/05/18	2016/05/20
1360		G	P	510705146	PROJETO SENTE ISTO - ASSOCIAÇÃO CULTURAL	0035-00000033230 CHQ-82377	2016/05/19	750,00	2016/05/19	2016/05/20
1363		G	P	501333371	SOCIEDADE FILARMONICA MUNICIPAL REDONDENSE	0035-00000033230 CHQ-TB-2106	2016/05/19	305,29	2016/05/19	2016/05/20
1364		G	P	501420916	Sociedade Uniao Montoitense	0035-00000033230 CHQ-TB-2107	2016/05/19	305,29	2016/05/19	2016/05/20
1368		F	P	504615947	Meo - Servicos de Comunicacoes E Multimedia, S.a.	0035-00000033230 CHQ-	2016/05/19	81,18	2016/05/19	2016/05/20
1371		G	P	600000303	Adse - Direção Geral de Proteção Social Aos Trabalhadores Em Fuções Públicas	0035-00000033230 CHQ-	2016/05/19	6.383,86	2016/05/19	2016/05/20
1372		F	P	502522380	RODOVIÁRIA DO ALENTEJO S.A.	0035-00000033230 CHQ-TB-2116	2016/05/19	5.268,00	2016/05/19	2016/05/20
1373		F	P	504239279	MIGUEL BEIRA - COMERCIO DE AUTOMÓVEIS, LDA	0035-00000033230 CHQ-TB-2121	2016/05/20	21.500,00	2016/05/20	2016/05/20
						TOTAL ...		226.951,80		

DATA 2016/05/23	MUNICIPIO DE REDONDO RELAÇÃO DE PROCESSOS PARA A REUNIÃO DE CÂMARA

PROCESSO			TITULAR / RESIDÊNCIA		REQUERIMENTO			REQUERENTE / RESIDÊNCIA		LOCAL/DESCRIÇÃO DA OBRA	DELIBERAÇÃO/DESPACHO			RESUMO DA INFORMAÇÃO
TIPO	NÚMERO	DATA AB.			TIPO	NÚMERO	DATA ENT.				DATA	TIPO	RESULTADO	
RSP	54/16	2016/05/13	120591294	ANTONIO JOSE MARQUES REBOCHO URBANIZAÇÃO HORTA DO LETRAS LOTE-39	CD	237/16	2016/05/13	120591294	ANTONIO JOSE MARQUES REBOCHO URBANIZAÇÃO HORTA DO LETRAS LOTE-39	AVENIDA DR. DOMINGOS ROSADO, N°3 - ESQ.° Solicita a emissão de certidão em como se enquadra na alínea a) do n°1 do artigo 7.° do Decreto-Lei 555/99 de 16 de Dezembro com na redação atual	2016/05/13	DES	C RTIFIQUE-SE	
RSP	55/16	2016/05/16	120973111	CARLOS MANUEL PIRES COSTA BECO À DIREITA, 6	CD	238/16	2016/05/16	120973111	CARLOS MANUEL PIRES COSTA BECO À DIREITA, 6	BECO À DIREITA, N°6 - FALCOEIRAS PEDIDO CERTIDÃO TOPONIMIA	2016/05/17	DES	C RTIFIQUE-SE	
PLU	5/04	2004/01/26	104415576	EMILIA NEVES GARCIA RUA 25 DE ABRIL, 85	VH	224/16	2016/05/04	177750189	MARIA ROSA GARCIA MADEIRA RUA DA MILHARADA, N° 33 1°. FRENTE	RUA 25 DE ABRIL, 69 SOLICITA A EMISSÃO DA LICENÇA DE HABITAÇÃO N°10/04 E PLANTAS DO PRÉDIO SITO EM RUA 25 DE ABRIL N°69 - ALDEIAS DE MONTOITO	2016/05/09	DES	A ORIZADO U T	A EMISSÃO DE FOTOCÓPIA AUTENTICADA E PLANTA DO PRÉDIO
PLU	3/01	2001/01/09	104292601	FRANCISCO DA CRUZ MENDES PATEIRO CAIXA POSTAL 525 - FOROS DA FONTE SECA	VO	245/16	2016/05/17	104292601	FRANCISCO DA CRUZ MENDES PATEIRO CAIXA POSTAL 525 - FOROS DA FONTE SECA	FOROS DA FONTE SECA SOLICITA A PRORROGAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PROVISÓRIA	2016/05/18	DES	A ORIZADO U T	
LOTEPDM	1/14	2014/05/05	129443549	MANUEL GARCIA DE AGUIAR RUA DO NORTE,7	LOT	130/16	2016/03/08	129443549	MANUEL GARCIA DE AGUIAR RUA DO NORTE,7	RUA DR. BENTO DE JESUS CARAÇA - QUADRILHEIRA REQUERIMENTO DE ENTREGA DE PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE QUADRO DE ÁREAS DE LOTEAMENTO PROC N°1/2014	2016/05/18	DES	P URIDICO G J	
PLU	48/00	2000/07/26	504018663	O BARRO RESTAURANTE LDA RUA D.ARNILDA E ELIEZER KAMENEZKY, N°44	VO	236/16	2016/05/13	504018663	O BARRO RESTAURANTE LDA RUA D.ARNILDA E ELIEZER KAMENEZKY, N°44	R^.D^. ARNILDA & ELIEZER KAMNEZKY, 44 REQUERIMENTO DE PEDIDO DE CÓPIA DE PLATA DE PRÉDIO	2016/05/13	DES	A ORIZADO U T	